



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0003050-34.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inadimplemento**
 Requerente: **Rosimari de Oliveira**
 Requerido: **Luis Roberto Alves Cardoso**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de embargos à execução fundada em título executivo judicial cristalizado na sentença de fls. 48/49.

As matérias suscitadas pelo embargante não se enquadram nas previstas no art. 52, inc. IX, da Lei nº 9.099/95 e por esse motivo, bem como pela inoccorrência de penhora, seria de rigor sua rejeição liminar.

Todavia, considerando que a embargada já se manifestou nos autos, reputo como melhor alternativa a análise das alegações formuladas.

Assentada essa premissa, destaco que os aspectos ora suscitados não beneficiam o embargante.

Na verdade, eles dizem respeito a depósitos feitos por este à embargada até 2012 e que não foram abatidos do valor da dívida, bem como à suposta locação do imóvel em apreço a terceira pessoa.

Tais elementos firmam a certeza da impossibilidade da discussão em torno desses temas acontecer agora, porquanto deveriam ter sido arguidos em momento próprio.

Em vez disso, o embargante permaneceu revel, de sorte que lhe é vedada a provocação de questões já preclusas e cobertas pelo trânsito em julgado da sentença prolatada em maio p.p.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição dos embargos opostos, prosseguindo-se a execução em seus ulteriores termos.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, manifeste-se a embargada sobre a sequência da execução.

P.R.I.

São Carlos, 27 de dezembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**